COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

01.08.2017

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

01.08.2017

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Boa tarde a todos e todas aqui presentes. Com a presença dos Srs. Deputados Fernando Capez, Luiz Turco, Ed Thomas, Roberto Tripoli nesta Presidência, Itamar Borges, Orlando Bolçone e Davi Zaia; nosso querido amigo e também ex-deputado Waldir Agnello, muito bem-vindo a esta Casa; nosso comandante da Polícia Ambiental, coronel Alberto Sardilli; e o secretário Ricardo Salles, que vem a esta Casa no dia de hoje sob prestação de contas do andamento de sua gestão, bem como sobre a demonstração da avaliação, desenvolvimento e ações de programas, metas afetos à sua pasta, nos termos do Art. 52 A da Constituição do Estado de São Paulo.

Queria também registrar a presença de Marcos Belizário, presidente do Partido Verde estadual, e outras autoridades. Conforme combinado, o Sr. Secretário viria hoje, em relação ao Art. 52 A. Pela ordem, deputado Itamar Borges.

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - Obrigado, Presidente. Pedi que me pudesse utilizar a palavra por um minuto, e continuarei até o limite do início do Colégio de Líderes. Aproveito esse momento para saudar nosso presidente Tripoli, que brilhantemente conduz e já retoma os trabalhos dessa Comissão, e os colegas da mesma. E saudar o secretário Ricardo Salles e sua equipe, o comandante da Polícia Ambiental, o presidente da Cetesb e toda a equipe que compõe a Secretaria de Meio Ambiente, meu amigo Marcos Belizário que está aqui também.

Secretário, dizer que já fui colaborador daquela casa, já fui prefeito e estou nesta Comissão sempre procurando fazer parte dela. Quero registrar um reconhecimento pelo seu trabalho à frente daquela pasta. Sou testemunha e tenho andado pelo interior, sei que não é fácil muitas medidas e decisões que têm que ser tomadas, em virtude das exigências legais, mas tudo dentro do rigor da legislação e do bom-senso que o senhor tem tido sempre que possível. Quero parabeniza-lo pela gestão, antes mesmo de receber sua prestação de contas. Daquilo que conheço, é digno de apoiá-lo, reconhece-lo e nos colocarmos à disposição para que essa Casa sempre possa estar ao lado da sua gestão.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem. Com a palavra, o presidente Fernando Capez.

O SR. FERNANDO CAPEZ - PSDB - Querido, estimado e caríssimo Presidente desta Comissão de Meio Ambiente Roberto Tripoli, da mesma maneira que nosso deputado Itamar Borges e os demais, dizer que é um privilégio ter um parlamentar com a experiência que V. Exa. tem, sobretudo nessa área, mas na política de maneira geral, na presidência desta Comissão. Parabenizá-lo pela oportunidade de iniciar esse semestre com a vinda desse competente secretário de Estado do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Salles, que traz ao lado de uma vasta bagagem jurídica, conhecimento lógico, raciocínio silogístico, objetividade e pragmatismo, o conhecimento na área ambiental - ele que é advogado com larga experiência, e consegue implementar um ritmo que não vinha acontecendo há algum tempo.

Fico feliz de vê-lo enfrentar as questões, fiscalizar a regularidade dos aterros sanitários, comandar um processo de reflorestamento da cidade e conciliar o desenvolvimento - que é vocação do Estado de São Paulo - com a preservação do meio ambiente. Ao mesmo tempo que cumprimento V. Exa., também parabenizo o secretário Ricardo Salles pelo trabalho que vem realizando à frente juntamente com o presidente da Cetesb, o comandante da Guarda Ambiental, de maneira que vamos todos aproveitar muito essa exposição.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Pela ordem, deputado Ed Thomas.

O SR. ED THOMAS - PSD - Presidente Tripoli, fazer uma saudação ao senhor e parabenizar pela condução dos trabalhos, e fazer uma saudação ao nosso secretário de Meio Ambiente, Dr. Ricardo Salles. Na sessão mais recente, antes até que entrássemos no recesso, nos reunimos e fiz um manifesto - não em meu nome, mas da região de onde venho, o oeste paulista, com 54 municípios. Pude expor ao secretário Ricardo Salles a situação, que não é diferente de parte do estado e do país. Eu entendo que se na época do remédio doce não quis tomar, agora é amargo. Na época da prevenção se não o

fizeram, agora é hora da cura. Com certeza o meio ambiente não é uma discussão estadual ou nacional, é mundial. Disso todos sabem.

Venho dessa região mais distante e sou a favor dos consórcios, secretário Ricardo Salles, porque acho que juntos conseguem se solucionar com certeza - se não 100%, fica muito perto, coisa bem antiga dessa situação de ajuntamento. Pude expor ao secretário dos pedidos de audiência que fiz, e quem sabe ele já sabendo daquilo que ouviria, e dos pleitos que ocorreriam, buscou estar presente e esteve presente na região. Dia 13 de julho foi marcada essa audiência, mas o secretário estaria na região, e então já estaria resolvido e não haveria necessidade de estar por aqui.

Fiz um novo pedido, um mini consórcio de cinco municípios, a caminho do estado do Paraná, na travessia do Rio Paranapanema, na divisa de 60 quilômetros entre Pirapozinho, Tarabai, Narandiba, Sandovalina e Estrela do Norte, que está bem avançado. O presidente do consórcio fez esse pedido igual a tantos outros que o secretário realmente tem que atender. Gostaria apenas da compreensão, porque essa é a parte política e temos por obrigação levar esses pleitos. O secretário com certeza é a pessoa mais importante.

Sabemos das ações da secretaria, de recursos que foram despedidos, do projeto do Desenvolve São Paulo que é grandioso e vem para realmente resolver. Claro que prefeitos, vereadores e autoridades do município têm que saber que a maior responsabilidade do lixo de uma cidade, é de quem comanda a cidade e produz o lixo, e o Estado é um grande parceiro. Então secretário, gostaria muito de sugerir esse pleito dentro de sua agenda, se possível, porque a minha intenção também é do senhor - buscar soluções. Fomos eleitos e tivemos votação para isso, o senhor foi colocado no cargo dessa mesma forma e maneira.

Quem sabe em breve o senhor vai compreender melhor toda essa situação da Assembleia Legislativa, ou estando aqui - esperamos estar juntos - ou até no Congresso Nacional. O tempo vai dizer, o que é natural da política, porque quem trabalha merece reconhecimento. Quero agradecer nesse instante, e se pudermos buscar a solução, não será para mim e nem tampouco para o senhor, mas para aqueles municípios que realmente precisam muito, e que também precisam ser chamados a responsabilidade. O senhor com certeza pode dar uma boa direção para buscarmos uma referência de respeito ao meio ambiente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Quero registrar a ausência da nossa querida deputada Célia Leão, que está em compromisso fora e justificou sua ausência. Estou deixando os deputados se pronunciarem brevemente, para depois o secretário usar da palavra e aí sim irmos para as perguntas e respostas. Deputado Luiz Turco, gostaria de se pronunciar antes? Não? Com a palavra, deputado Orlando Bolçone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - Primeiro cumprimentar o presidente Tripoli pela forma como conduz essa Comissão, uma das mais importantes da Casa e de importância para o próprio Estado de São Paulo. Cumprimentar nosso secretário, que vem conduzindo a pasta num momento difícil em que as prefeituras e mesmo o Estado, com parcos recursos, vem na busca de soluções ambientais integradas entre prefeituras - no caso, sugerindo, incentivando e participando da formação de consórcios de extrema importância para a saúde ambiental do estado de São Paulo, em especial os pequenos municípios que não têm recursos para tanto.

Fazer uma saudação à equipe da Secretaria do Meio Ambiente e também à Cetesb, onde se encontram os melhores técnicos do país e provavelmente da América do Sul. Isso nos dá uma segurança de forma que em nossas discussões podemos sempre ter orientações da Cetesb, do secretário e também da integração política que se faz através do sempre deputado dessa Casa, Waldir Agnello. Bem-vindo secretário, tenha certeza que essa Assembleia vai contribuir sempre de forma decisiva, solidária e imparcial para o trabalho da pasta e de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Pergunto ao presidente nacional do PPS, Davi Zaia, se gostaria de se pronunciar antes do secretário.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - Presidente, agradecendo a deferência, eu que não sou membro oficial da Comissão, mas cumprimentando V. Exa. e o secretário Ricardo Salles, o coronel Sardilli e todos aqui da equipe. É uma satisfação. Tenho certeza que depois vamos receber as informações da exposição do secretário, já que eu pessoalmente precisarei me retirar para o Colégio de Líderes, mas fiz questão de estar aqui nesse início, pela importância da secretaria e dos trabalhos desenvolvidos, da forma que vêm sendo conduzidos por Vossa Excelência. Parabéns, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Com a presença, o deputado Sebastião Santos. Leitura da Ata. Com a palavra, Itamar Borges.

O SR. ED THOMAS - PSD - Só uma atenção ao sempre deputado Agnello, que não pude cumprimentar.

O SR. - Ia falar exatamente isso, a nossa indelicadeza de não saudar o colega, deputado Waldir Agnello.

O SR. ED THOMAS - PSD - Quero pedir perdão.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Mas eu já saudei.

O SR. - Essa era missão sua, eu sei, mas não podíamos deixar de corrigir.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Mas eu já o fiz. Leitura da Ata.

O SR. - Quero solicitar a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Os deputados que concordarem, permaneçam como se encontram. Está lida a Ata.

O SR. FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Com a palavra, presidente Fernando Capez.

O SR. FERNANDO CAPEZ - PSDB - Ainda em tempo, a boa lembrança do nosso deputado Waldir Agnello, que foi vice-presidente desta Casa. Quero também anunciar a honrosa presença do vereador Gerson Araújo, presidente da Câmara

Municipal de São João da Boa Vista, e se deslocou para São Paulo especificamente para acompanhar essa reunião da Comissão, e ouvir o secretário do Meio Ambiente. Portanto, prova do prestígio do secretário e do acerto de Vossa Excelência. Presidente da Câmara, pode ficar em pé, por gentileza? Veio especificamente acompanhar as questões.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Vereador, você pode sentar ao lado do presidente Zaia, por favor? Para acompanhar de perto. Muito bem senhores, conforme aprovação da convocação do secretário, passarei a palavra a ele para que faça sua prestação de contas. Em seguida, abriremos aos Srs. Deputados que queiram fazer algum questionamento em relação a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Seja muito bem-vindo, secretário Ricardo Salles. O microfone está à sua disposição.

O SR. RICARDO SALLES - Sr. Presidente Roberto Tripoli, mais uma vez atendendo ao seu convite e dessa Comissão, tenho a honra de comparecer a Assembleia com a sua presença, e também do nosso ex-presidente Fernando Capez, nossos deputados Luiz Turco e Ed Thomas, meu amigo Itamar Borges, Sebastião Santos, Davi Zaia, o Bolçone acho que já se retirou, o vereador Gerson. Obrigado pela presença.

Primeiro lembrar da nossa última oportunidade juntos aqui, que também estavam presentes o comandante da Polícia Ambiental, coronel Sardilli, o presidente Carlos Roberto, da Cetesb - que não está presente, por força da agenda pesada que temos no tema dos aterros do Geraldo Amaral, o diretor de licenciamento e controle da Cetesb, que tem nos acompanhado em todo esse trabalho pelo interior. Como disse bem o deputado Ed Thomas, nessa fiscalização e tentativa de ajudar as prefeituras a solucionar o tema dos resíduos dos aterros e transbordos.

Está aqui o Trani, responsável pela maior parte dos planejamentos da nossa secretaria, sobretudo na área de educação ambiental e o zoneamento econômico ecológico e ao GERCO. O Trani coordena um assunto específico que vou me referir separadamente daqui a pouco, que são os planos de manejo. Está aqui o Marçon, da fiscalização ambiental e a Isabel, que veio pela CBRN. Enfim, toda nossa equipe da secretaria que lida com o dia a dia, nos problemas que sobretudo os deputados e

deputadas dessa Casa, representam as prefeituras e interesses de nossos cidadãos paulistas.

Muito bem, vou começar pelo tema mais simbólico e representativo da secretaria hoje, que são os aterros. Sr. Presidente, conforme já foi adiantado na última reunião, no semestre passado, nós encontramos uma situação de absoluto descalabro no tema de resíduos sólidos, especialmente na área de resíduos domiciliares. Também temos problemas na área de resíduos da construção civil, da parte de podas e galhos de árvores, mas o grosso do problema, aquele que representa maior risco à saúde pública e à população, de contaminação dos lençóis freáticos do solo, na agricultura - que em geral está próxima aos aterros, principalmente nas cidades mais do interior, e na região do deputado Ed Thomas com certeza. Enfim, um problema gravíssimo que acomete o estado mais rico do país; imaginem os outros estados.

Nós encontramos uma situação em que uma certa leniência fiscalizatória por parte da Cetesb no passado, aliada a talvez uma falta de orientação ou até em casos extremos, desinteresse da parte municipal, alguns com problemas financeiros verdadeiros - claro que é preciso reconhecer, sobretudo nesse momento de crise, mas nem por isso servem essas questões de subterfúgio ou escusa para a não fiscalização por parte da Secretaria de Estado, uma obrigação dela, e por outro lado uma inação por parte da autoridade municipal. Até porque quem mais sofre com a falta de controle desses aterros e lixões, são as populações de cada um dos respectivos municípios com problemas.

Qual é o problema nesse aspecto? Toda e qualquer área de aterro ou transbordo que tenha a nota, segundo o critério de avaliação da Cetesb, do IQR - Índice de Qualidade de Resíduos menor ou igual a sete, é considerado inadequado, portanto, merece fiscalização. Começa com uma advertência, depois passados os 30 dias uma multa, e desta mais 30 dias com incidência de multa diária por mais 30 dias, e interdição. Isso significa dizer o seguinte, que nenhum aterro ou transbordo é interditado em menos de quatro meses de tramitação de um processo administrativo, isso digo na pior das hipóteses. Há casos em que a tramitação se iniciou em 2012, 2014, 2015... estamos em 2017.

Claro que é preciso reconhecer que prefeitos que iniciaram seus mandatos em primeiro de janeiro desse ano, não tem nenhuma responsabilidade pessoal, quer seja pela leniência da Cetesb em ter situações desde 2012 com o aterro prosseguindo, ou dos prefeitos anteriores que tão pouco solucionaram o problema. Em que pese não seja uma responsabilidade do prefeito, a relação que se estabelece não é do secretário com o

prefeito, mas do órgão fiscalizatório da Secretaria do Meio Ambiente com a prefeitura, e essa não tem uma nota de corte temporal em primeiro de janeiro de 17.

Dito isso, é evidente que nos casos onde o prefeito acabou de assumir e herdou uma situação de maior descalabro, temos uma postura não diria mais tolerante, mas mais compreensiva, sobretudo nos critérios de agravamento ou atenuação das penalidades impostas. Ainda assim há uma obrigação, uma necessidade em fiscalizar, uma atividade vinculada da Secretaria do Meio Ambiente, que não nos permite - ou ao menos não deveria permitir, uma discricionariedade em simplesmente fechar os olhos, até porque foi essa atitude tomada no passado que fez com que a situação de descalabro chegasse como está no presente.

Primeiro fizemos um mapeamento sobre todos os 645 do estado de São Paulo, coisa que nunca se fez. Em maio desse ano, durante todo o decorrer do mês, fizemos uma fiscalização sobre os aterros de todos esses municípios do estado. Para quem já foi à minha sala na secretaria, teve a oportunidade de ver que isso resultou numa pilha de mais ou menos essa altura, de relatórios com informações técnicas e fotografias, uma série de dados que mostravam que em maio de 2017 nós tínhamos cerca 90 aterros municipais considerados inadequados.

É claro que o nível de inadequação varia; aterros absolutamente inadequados que beiram uma situação de caos emergencial, e outros que por uma formalidade ou outra, um descuido, especialmente na época de chuva que ocorreu até maio, tiveram em algum momento de transição uma nota ligeiramente abaixo do IQR, de sete. Mas descontados esses casos praticamente temporários e transitórios, ainda assim há um percentual de aterros bastante grande, considerando a totalidade de 640 no estado.

Podemos dizer que no mínimo 10% dos municípios do estado estão com o aterro em situação de intervenção. Aterros que não têm solução sob posto de vista técnico, e como disse bem nosso presidente, são verdadeiros lixões em nosso estado. Quando dizemos “lixão” não é uma questão de preciosismo, mas uma questão grave. O chorume, o mau cheiro, roedores, doenças, contaminação do solo e da água para o entorno; enfim, coisa muito grave mesmo.

Outro problema que também perneia esse tema dos aterros é a falta de opção, quer sejam regiões mais longínquas, como é a do deputado Ed Thomas - e me refiro a sua porque além de sua presença aqui, é a região mais sensível na área de aterros inadequados no estado de São Paulo, e na região de Assis e Ourinhos lá para baixo também é muito grave, e um pouco mais para próximo de São José do Rio Preto. Enfim,

para além da limitação geográfica das alternativas, significa dizer em outras palavras que toda e qualquer solução de deslocamento ou transbordo de lixo para mais de 60 ou 70 quilômetros é absolutamente inviável financeiramente.

O custo de transbordar e transportar o lixo para mais do que essa distância, é tão elevado que coloca em risco as próprias finanças municipais. É preciso achar soluções que sejam compatíveis técnica, financeira e ambientalmente nesse raio de 60 e 70 quilômetros do local de origem do resíduo do lixo. Para além disso, um componente financeiro determinante; poucas empresas de resíduos ou lixos estão estabelecidas no estado de São Paulo, e curiosamente uma não faz concorrência para a outra porque são geograficamente colocadas de maneira proposital para que uma não concorra com a outra. O prefeito em alguns casos vira refém da empresa ou aterro privado.

Aí nós acompanhamos uma curva de preço crescente praticadas pelas empresas privadas de lixo, se aproveitando de um momento de fragilidade das prefeituras e de uma maior fiscalização por parte do Estado, com um aumento significativo por custo de tonelada na disposição do lixo nos aterros. Para deixar a questão bem claro, por um lado, evitando o mau exemplo do passado, que era simplesmente fechar os olhos e dizer: “coitado do prefeito, deixa assim porque não tem alternativa” - essa é a pior política pública - vamos fiscalizar conforme manda a lei e há o interesse público, mas vamos construir alternativas.

Dentro todas aquelas que existem, inclusive algumas até sonháticas, como diria nossa ex-candidata à presidente, Marina Silva, mas absolutamente realistas. Não adianta trazer exemplos do Japão, da Suécia, da Finlândia; aqui é Brasil. Nós temos distâncias absolutamente incompatíveis com essas comparações, temos a origem do lixo - como a população cuida do lixo em sua própria casa - absolutamente diferente do que esses países praticam e temos um perfil do resíduo diferente, e um poder aquisitivo - tanto de pessoas físicas, quanto de administrações públicas - também totalmente diferente. São comparações que não cabem.

Dentro da nossa realidade e dos nossos parâmetros reconhecidos brasileiros, de distâncias e tudo mais, quais são as soluções que se colocam? A mais propícia e adequada foi regionalizar nesse raio de 60, 70 quilômetros, soluções consorciadas de aterros que pudessem em primeiro lugar, acolher o lixo produzido pelas prefeituras numa distância que não ficasse excessivamente oneroso, e ao agregar volume de lixo num determinado ponto, permite a implementação de algumas tecnologias - não essas que estão fora da nossa realidade, mas algum grau de tecnologia para diminuir o volume

de material inorgânico que é absurdamente enterrado em nossos lixões e aterros pelo nosso estado e país.

A primeira medida importante são as leis da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da Política Estadual de Resíduos Sólidos, em que se prevê uma série de coisas, dentre elas uma coleta seletiva municipal, de única e exclusiva responsabilidade dos Municípios, a logística reversa, como bem colocou nosso presidente, e a reciclagem, que diante do nosso problema social - que outros países não têm, pelo menos no nosso nível - também é uma precedência para a solução de cooperativas de catadores que geram recursos e oportunidade de empregos para regiões que têm pouca ou quase nenhuma oportunidade econômica. O que passamos a exigir? Várias prefeituras falam que têm coleta coletiva, mas você vai ver e o volume é de 3%. É irrelevante, quase que só para preencher relatório de sustentabilidade. Na prática, você não tem 50% de coleta coletiva, 60%, não tem motivo para os municípios não terem isso.

Nós passamos a exigir que os municípios apresentem seus planos de coleta coletiva e implementem os mesmos com locais, metas e volumes a serem alcançados como condição - como prevê a lei - para a renovação ou concessão de licenças prévias de instalação e operação de aterros, quer sejam aterros públicos e municipais, e também privados. Em outras palavras, para que novos aterros sejam licenciados ou tenham licenças concedidas, renovadas ou ampliadas nós passamos a exigir que se forem municipais, o próprio Município, ou se forem privados, que esse aterro só receba resíduos provenientes de municípios que façam a coleta seletiva, e que façam a reciclagem através de cooperativas.

Mas o “façam” não é o carimbo formal e vazio. Disse que faz, então está liberado? Negativo, vai apresentar na Cetesb qual é o plano de coleta seletiva e o local onde essa coleta será processada, triada e encaminhada para a reciclagem. É comprovar, não informar. Já temos informação de sobra, mas praticar é uma longa distância. É graças a essa falta de colocar em prática que tem tornado os aterros nessas barbaridades que temos visto. Então esse é o grande tema do momento na área do meio ambiente no estado de São Paulo.

Voltando a parte de auxílio às prefeituras, fizemos a proposta dos aterros regionais consorciados. O governador Geraldo Alckmin disponibilizou R$ 170 milhões do Desenvolve São Paulo para financiar essas iniciativas regionais consorciadas, com carência e juros subsidiados. Nós mudamos, e tenho aqui o Carlos e o Agnello, que

muito participaram disso, a postura das agências da Cetesb no que diz respeito a análise dos licenciamentos, justamente para que nesses casos de aterro, dessa situação de premência emergencial que temos, a Cetesb deixe de ser mais um órgão burocrático de recebimento de pedidos, de carimbo e devolução de notificações e passe a ser um parceiro na solução dos problemas.

Em outras palavras, o funcionário, o gerente das regionais tem ido - e já aconteceram inúmeros casos, e tenho relatos comigo - até o município antes que a área tenha sido formalizada, ou até mesmo desapropriada e diz: “aqui pode avançar porque pelo menos a princípio tem condições, aqui não gaste tempo e energia porque tem corpo hídrico, mata, vegetação em degeneração e tudo mais”. Então isso dá uma outra dinâmica ao processo, porque antes o município... ainda há um certo ceticismo, e justificado por parte dos prefeitos que dizem: “para licenciar um aterro desses vai demorar cinco anos”, porque demorava mesmo. Protocola, seis meses depois vem uma carta: “faltou a certidão de uso do solo”. Três meses depois vem outra carta dizendo: “a assinatura está na página errada”. Dez meses depois... esquece, não vai fazer nunca. Enquanto isso as empresas privadas mandando ver no faturamento.

Então é outra postura e atitude por parte da Cetesb no sentido de encontrar a solução e trabalhar em conjunto com os municípios para alcança-las. Não é simplesmente dizer: “estou à disposição e você que faça sua parte”. Não, é para trabalhar junto. Com isso vamos resolvendo o problema do lixo no estado de São Paulo. Financiamento e uma mudança de postura. A Cetesb fez minutas de documentos necessários de consórcios regionais para aquelas regiões que ainda não têm os consórcios, ou que não tenham atuado, e está à disposição das prefeituras. Essa parte legal e o financiamento não são obrigações do Estado, mas nos sentimos compelidos diante da situação de calamidade em que os municípios estão, para ajudar nesse sentido.

A última etapa é que também constatamos a dificuldade dos municípios em gastarem recursos mínimos para fazer um projeto básico, a secretaria pediu uma proposta e está contratando o IPT para fazer um projeto padrão de aterros regionais com área de coleta, reciclagem e tudo aquilo que entendemos ser temas acessórios ao aterro. O IPT fará um projeto padrão e com possibilidade de adequação para cada uma das regiões e áreas demandantes, tudo por conta da secretaria. Só esse projeto custa R$ 310 mil, então a secretaria está desonerando as prefeituras ao contratar o projeto e disponibilizar essa individualização e adequação dos projetos para todo o estado de São Paulo, para quem precisar e quiser.

Por que nós e o governo do Estado estamos fazendo isso? É bonzinho? Não, mas percebemos que de fato há uma necessidade de concorrer com os Municípios, em que pese seja competência municipal o tema, na solução desse problema sob pena de em algum momento, termos interditado todos os aterros inadequados do estado de São Paulo. Pode até que chegue a esse ponto, mas queremos evitar porque vai gerar um colapso total para essas prefeituras que já não estão em situação muito favorável. Mas o fato é que os casos mais graves não podem ser postergados.

Pena que eu não consiga colocar as imagens aqui, mas semana passada tivemos na cidade de Barrinha, a última intervenção das 20 que já fizemos desde que foi lançado o Programa Lixão Zero, no final do ano passado para cá. É uma situação de total e absoluto descalabro, acho que nem as cidades mais pobres do oeste da África ou da Ásia tem um lixão desse nível. Então não dá para conviver, e aí não é um problema de dar prazo ou achar formas de ajudar, é simplesmente não ter mais retorno. Não dá para postergar em um dia sequer, a interdição de situações como essa.

Esse é o panorama geral do Programa Lixão Zero. Hoje nós temos mais ou menos 40 e poucas áreas inadequadas, o que significa que muitos correram atrás para se regularizar. Até entendo, quero crer que na próxima verificação que termina nessa próxima semana, o número tenha abaixado, mas infelizmente alguns permanecem inertes diante desse quadro de descalabro que comentamos há pouco. Esse é o tema do Lixão Zero. Outro assunto que interessa muito a todo o Estado é o programa de recomposição de matas, o chamado Programa Nascentes, reconhecido como uma das mais importantes iniciativas mundiais de reflorestamento no final do ano passado, em Nova Iorque.

Em março desse ano, o programa tinha como meta atingir 4600 hectares de áreas em recomposição, e nós ultrapassamos essa meta - em março tínhamos 4900. O governador Geraldo Alckmin aumentou em 50% essa meta, para 7200 hectares, cujo prazo é março de 2018. Estamos caminhando. Nesse momento temos em torno de seis mil hectares de áreas em recomposição no estado. De agora, quando se inicia a nova leva de plantio, no período de chuvas, de setembro em diante, temos que angariar mais 1200 hectares para cumprir a meta estipulada. Mas está indo bem.

Nesse sentido é importante dizer o seguinte, o Programa Nascentes tem uma inter-relação muito grande com outro tema da secretaria que queria falar em seguida, que é o Programa Município VerdeAzul, que completa dez anos esse ano. É um programa de interface entre o Estado e as Prefeituras. A maior quantidade de prefeituras que já

aderiu, ao mesmo tempo, ao Programa Município VerdeAzul tem sido nesse ano de 2017, por várias razões.

Claro que uma delas é o maior interesse por recursos e equipamentos que podem vir de repasses da secretaria, diante da fragilidade financeira que as prefeituras vivem, mas também por uma mudança estrutural que fizemos na forma de gestão desse programa. Metas muito mais concretas e tangíveis, e o que era uma avaliação de final de ano, apenas feita em dezembro, foi transformada em três avaliações durante o ano - em junho, 22 de setembro e em dezembro.

Recursos que no final do ano passado foram destinados para a premiação de 2016 estavam na ordem de um milhão e meio de reais no FECOP, e em razão de uma série de enxugamentos e economias, eficiência na gestão desses recursos do FECOP e outras rubricas da secretaria, nós conseguimos, sem nenhum novo aporte do tesouro, angariar um montante suficiente para...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Aproveitando o intervalo secretário, queria dizer que temos um tempo para cumprir essa missão, porque temos Colégio de Líderes às 15 horas. Eu gostaria que V. Exa. pudesse encurtar o tempo. E registrar a presença da nossa sempre querida Ana do Carmo.

O SR. RICARDO SALLES - Com relação ao VerdeAzul que falava há pouco, transformamos para três avaliações ao invés de uma, e recursos que eram da ordem de um milhão e meio, esse ano serão de R$ 15 milhões, convertidos através de equipamentos daquela lista que o FECOP pode contemplar - caminhão pipa, trituradores de galhos, materiais de construção civil. Mas para quais municípios? Apenas e tão somente àqueles que: aderiram ao Programa Município VerdeAzul, portanto se comprometeram com as metas; conseguiram ao menos se certificarem nas proporções da nota de junho, de setembro e finalmente na de dezembro.

O programa tem uma série de abrangências, mas como eu disse, o Nascentes, em especial, tem recebido das prefeituras uma relação de áreas passíveis de ter plantio, que direcionamos Termo de Compensação Ambiental da Cetesb. Isso é uma visão diferente do Programa Município VerdeAzul; três avaliações, vinculação da participação das prefeituras e a verba do FECOP majorada.

Além disso, outro tema importante diz respeito aos planos de manejo. A secretaria criou um grupo interno valendo-se do seu corpo de especialistas das mais diversas áreas, grupo esse coordenado de maneira muito competente pelo Trani, que vem avançando firmemente na elaboração de cerca de 11 planos de manejo simultâneos, que devem terminar agora em setembro. Então vamos fazer 11 planos em seis meses, isso é um avanço muito grande. A secretaria (ininteligível)... nem se valendo de consultoria externa nem nada. Lembrando que as consultorias eram pagas e remuneradas pela secretaria com recursos da compensação ambiental para tanto, e estamos fazendo todo esse trabalho sem nenhum desembolso, zero; tudo recurso da secretaria, com equipe da secretaria e metodologia repensada sob a ótica técnica da secretaria.

Eu também queria falar de uma questão importante, que é a qualidade do ar. Essa semana temos feito na Cetesb o programa Operação Inverno 2017, de fumaça preta, com controle de emissões de veículo a diesel. Ontem foi feita a primeira operação, uma grande operação feita no estado inteiro, com 23 pontos ao mesmo tempo. Aqui na capital foi realizada na marginal, junto ao Cebolão da Castelo Branco, e contamos com a ajuda da Polícia Ambiental e de trânsito. Vários caminhões foram apreendidos e várias multas lavradas. Mas isso não vai resolver o problema, é muito mais pedagógico, uma simbologia, do que a resolução do problema.

A solução do problema é um destaque, alguma forma de agilizar dentre o bojo do Projeto de Lei que tramita nessa Casa, para a inspeção veicular, um destaque específico para veículos a diesel, e em especial os mais pesados acima de três toneladas e meia. Se fizermos a inspeção veicular dos veículos a diesel de três toneladas e meia para cima, vamos conseguir reduzir a poluição nas regiões metropolitanas e em todo o estado de São Paulo. Do contrário vamos ficar enxugando gelo, porque essas operações de fiscalização numa frota - que só de veículos pesados a diesel, acima de três toneladas e meia no estado de São Paulo, falamos de quase meio milhão.

Com todo nosso esforço, ontem fizemos 500 vistorias. Não há vistoria que dê conta disso nesse sistema de blitz, temos que fazer um sistema organizado, complexo e permanente. Com relação a inspeção veicular, nossa opinião é de que vale a pena avançar no tema.

Vou aproveitar a presença do coronel Sardilli, comandante da Polícia Militar Ambiental, que tem feito um excelente trabalho de fiscalização, uma mudança de paradigma e comportamento. Dentre outras coisas, a Polícia Militar Ambiental não fazia apreensão de veículos e equipamentos instrumentos de crimes ambientais; você autuava

e entregada de volta na mão do infrator o objeto do crime, a motosserra, o caminhão, o trator, a casinha de passarinho, as espingardas, enfim. É um absurdo. Então há uma mudança de perfil, conseguimos fazer um trabalho bastante convincente com a tropa, e o resultado é que temos apreendidos hoje - e esse número tende a crescer - mais de 50 veículos, entre tratores e caminhões, que foram utilizados em desmatamento ilegal e disposição ilegal de resíduos, caçambas, isso sem contar armas de fogo de cárcere ilegal, palmito.

As operações de palmiteiros em todo o estado foram intensificadas de maneira muito grande pelo comando do coronel Sardilli, e conseguimos diminuir bastante o volume de palmiteiros, embora tenham aumentado as apreensões. Quer dizer, não é que o crime aumentou, mas a apreensão que antes não se fazia. A mesma coisa do cárcere ilegal. Outra área importante que diz respeito as pessoas e cidades, a questão do fogo, são os balões, com problemas de acidentes aéreos. O coronel Sardilli tomou a frente desse assunto dos balões e tem feito diversas operações para apreensão de balões e baloeiros. Isso tem grande importância para a segurança, queimadas e tudo mais, em especial nessa época seca do ano.

Outro assunto importante, como os senhores devem conhecer, é que fizemos um chamamento público para manifestação de interesse na aquisição ou concessão de áreas do Instituto Florestal; são 34 áreas, das quais cerca de oito nós havíamos nos comprometido a transferir gratuitamente para as prefeituras que quisessem converter essas áreas de pinos e eucaliptos em parques municipais. Cito alguns que me lembro de cabeça, como Avaré, Bauru, Pindamonhangaba, Taubaté, Mogi, várias cidades têm interesse em transformar as fazendas do Instituto Florestal que estão juntos a áreas urbanas em parques para a população. Desses 34 que foram objeto do chamamento, oito iriam para as prefeituras que esperam até agora porque houve uma liminar impedindo toda essa operação.

É importante lembrar o seguinte nesse assunto, as áreas do Instituto Florestal são - em sua esmagadora, para não dizer totalidade - áreas de pinos e eucaliptos, florestas de exóticas plantada; não é mata nativa. Essas áreas totalizam 46 mil hectares em números gerais, e valem R$ 700 milhões. Custam para o bolso do contribuinte R$ 58 milhões por ano. Faturaram no ano de 2016, em termos de exploração de madeira e resina, R$ quatro milhões. Se fosse uma empresa tinha quebrado no primeiro ano. Por outro lado, temos as unidades de conservação; um milhão de hectares no estado de São Paulo. Áreas de

mata nativa com biodiversidade e riqueza a serem preservadas, e também com seus custos elevados de portaria, vigilância, enfim.

Qual era nossa ideia? Que esses 46 mil hectares alienados ou concedidos pudessem sustentar por mais de dez anos um aumento de quase cinco vezes nos recursos para unidades de conservação. É importante lembrar o percentual, Sr. Presidente. 46 mil hectares representam 0,5% do um milhão de hectares da Fundação Florestal, de unidades de conservação. Meio por cento. O que nós nos propusemos a fazer foi dar alguma liquidez, agilidade e eficiência administrativa para esses 0,5% de tal sorte a garantir recursos em abundância para os outros 99,5%. Infelizmente prevaleceu o dogmatismo e a falta de razoabilidade e uma decisão liminar suspendeu a tramitação do processo. Entendo que sob qualquer análise que se possa fazer, é a pior decisão possível.

Por outro lado, também é importante uma palavra sobre os institutos de pesquisa. Nós encontramos os três que compõem o Sistema Ambiental Paulista - o Instituto Florestal, onde estão essas áreas, o Geológico e o de Botânica, com uma situação de total paralisia, quer seja por falta de recursos financeiros, por falta de renovação dos seus planejamentos de pesquisa e por erros crassos de gestão administrativa. Nós estamos num momento econômico muito frágil e faltam recursos para praticamente todas as áreas, em razão da queda acentuada de arrecadação por diversos anos. A solução encontrada, inclusive para tentar reverter esse processo de paralisia dos institutos que se arrasta há muito tempo, foi um projeto de unificação dos institutos dando maior sinergia.

Em outras palavras, para que o Instituto Florestal tem um RH, o Botânico outro e o Geológico outro? Um tem uma área de contadoria, e os outros com outras. Um tem uma gestão de frota, os outros tem outra... e por assim vai. Uma tem uma empresa de segurança, uma portaria, e o outro tem outra. Enfim, significa dizer em outras palavras que cerca de 75% dos orçamentos de cada um desses institutos são consumidos com despesas administrativas puras, custeio de verba administrativa. Na melhor das hipóteses 30% são para pesquisas e atividades fins, e 70% de atividade meio.

Nosso estudo de sinergia demonstra que ao fazer essa unificação dos institutos com uma melhor racionalização, a conta se inverte - 32% de custeio e 68% para atividades fins de pesquisa. Significa dobrar o valor para pesquisa, sem injetar um centavo de tesouro a mais. Isso é simplesmente eficiência e gestão. Nesse tema começamos a avançar recentemente, inclusive essa semana tivemos uma reunião e está

se discutindo quais são as etapas, mas é algo para ser feito com um prazo de tempo relativamente curto, até para surtir resultados o mais rápido possível. Isso inclui a venda de um ativo, o edifício do geológico na Vila Mariana, que seria revertido em sua totalidade para esse investimento de recuperação dos institutos.

É importante lembrar o seguinte nesse aspecto, nós temos verbas da Fapesp que o governador abriu, de R$ 120 milhões para pesquisas. É importante que os institutos estejam preparados e devidamente instrumentalizados para captar esse recurso. Se não tiverem com essas pesquisas bem alinhavadas, não vai captar recurso nenhum. Então mais uma vez é uma questão de eficiência e objetividade que impera, sobretudo nesse momento de queda de arrecadação.

Fiz uma série de outros temas aqui e elenquei, mas talvez não dê tempo. Vou falar do último, e com isso abrir oportunidade para que os Srs. Deputados possam fazer as perguntas que entenderem pertinente. O último tema é educação ambiental, também a cargo do Trani. Essa semana tivemos mais uma conversa com o secretário Nalini para inserir a educação ambiental na grade curricular, em caráter permanente. Não mais aquela visão pontual de varejo, de cartilha e desenhos, que no fundo é jogar dinheiro público pela janela. Há uma falta de sistematização de estratégia, objetivo e meta; é desperdício de dinheiro público. E em áreas como essas, todas as medidas têm que guardar a necessária probidade e respeito ao dinheiro do contribuinte.

O que estamos fazendo é dar maior efetividade à questão de educação ambiental através de sua disseminação e sistematização em quem sabe fazer educação, que é a Secretaria da Educação. Nós entramos com o conteúdo meritório da matéria propriamente dito, que é o tema educação ambiental. Por enquanto é isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Muito bem. Antes de passar a palavra aos Srs. Deputados, só uma coisa que me chamou a atenção, a poluição do ar. Estamos com o ar seco, num momento de idosos e crianças... eu sempre falo isso há muitos anos, e nunca acontece, eu acho que o Estado devia dar o exemplo. Primeiro anunciar que o presidente da Cetesb está entre nós, Carlos Roberto dos Santos. Fomos apresentados agora pelo Ricardo Salles.

Acredito que o exemplo tem que sair de casa. Hoje vejo carros do SV, do Município de São Paulo poluindo mais que qualquer carro particular. Quer dizer, o

próprio Estado poluindo. Acho que deveria ter alguma norma, quem sabe do Estado ou até do Município para que os carros que prestam serviços à Sabesp e outros da cidade de São Paulo, você nota uma poluição. É chato nós multarmos ou prendermos alguém, mas antes acho que é superpositivo. Primeiramente passo a palavra ao deputado e presidente Fernando Capez.

O SR. FERNANDO CAPEZ - PSDB - Queria inicialmente cumprimentar minha amiga, deputada Ana do Carmo, que aqui se encontra também, e chegou para nossa alegria. É uma grande companheira. Cumprimentar também o presidente da Cetesb. Presidente, queria fazer uma pergunta ao nosso ilustre secretário.

Nós sabemos que muitas questões ligadas a despoluição, ao tratamento de resíduos dependem do aporte de recursos. Estivemos recentemente, à convite de V. Exa., numa audiência pública belíssima com a presença do secretário em Ilha Bela, quando também acompanhamos a discussão sobre tratamento de esgoto dos dejetos que por ventura sejam despejados in natura no mar. E com relação a essa questão, da ocupação ilegal de áreas que acabam sendo degradadas e não ocupadas pelo poder público adequadamente, como o secretário enxerga essa questão das Parcerias Público-Privadas entre o poder público, Estado e empresas ou até mesmo governos estrangeiros que possam trazer aportes de capital para levar adiante algumas questões que, diante da carência de recursos, o Estado se vê limitado?

Como o secretário vê essa questão da PPP, e de que maneira essa Assembleia Legislativa, por meio desta Comissão, poderia elaborar algum Projeto de Lei ou estudos e contribuir para que pudéssemos avançar nessa linha e direção? Imagino que um projeto da Assembleia não precisaria ser de um deputado, mas elaborado por essa própria Comissão a partir de orientações e visões da Secretaria do Meio Ambiente na pessoa desse competente secretário.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Com a palavra o secretário. Eu não sei se seria interessante ouvir outros deputados e responder, ou vamos? Deputado Luiz Turco.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Pela ordem, presidente. Primeiro quero cumprimentar todos os deputados, os funcionários da Casa e também o secretário do

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e o presidente da Cetesb. Também queria saber como vamos proceder, porque tenho várias questões para serem colocadas, pelo menos com três temas diferentes. Não sei se já fazemos a pergunta.

O SR. FERNANDO CAPEZ - PSDB - Posso dar uma sugestão?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Pela ordem, deputado Fernando Capez.

O SR. FERNANDO CAPEZ - PSDB - Nós temos um Colégio de Líderes aqui, e talvez se ao invés do secretário responder minha pergunta, depois o deputado Luiz Turco fazer a sua pergunta, depois o Ed Thomas, para que todos pudessem ter o mesmo direito, que as perguntas fossem formuladas em sequência, o secretário anotasse e respondesse para nós. É uma sugestão que faço para otimização do tempo.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu ouço o plenário. Então de acordo, passo a palavra ao deputado Luiz Turco. Registro a presença do nosso querido amigo, deputado Marcos Martins.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Secretário, vou fazer uma questão. Seu diagnóstico sobre os resíduos e aterros, e a situação das prefeituras que você colocou aqui é quase perfeita. A solução consorciada é o caminho para as cidades no caso dos aterros, a coleta seletiva e a participação dos catadores e cooperados. Mas como exigir das prefeituras, que não têm capacidade de investimento para galpões, esteiras e veículos, recursos para que seja colocado em prática a operação para a coleta seletiva? Quais os parâmetros para se definir que a coleta seletiva é boa, regular ou ruim?

Queria colocar outra questão aqui, sobre a minuta do plano de manejo da APA da Várzea do Alto Tietê, submetida ao Consema. Foi modificada pela secretaria a pedido da Fiesp, para tornar menos rígida a proteção de várias áreas e beneficiar empresas industriais de mineração. Isso foi feito desconsiderando os estudos técnicos elaborados pela USP para a secretaria. O Ministério Público abriu uma investigação por improbidade e o governador não referendou a decisão do Consema, ao deixar de assinar

o respectivo decreto. A secretaria cogita enviar a minuta e os mapas originais para reavaliação do Consema?

O secretário poderia explicar as tratativas para venda da série do Instituto Geológico para o empresário Marco Fortes, sócio da Fortincorp Desenvolvimento Imobiliario, apesar do parecer contrário da consultoria jurídica da secretaria, por apresentar risco inaceitável ao patrimônio público? Qual foi a opinião da Procuradoria Geral do Estado nesse processo?

Eu queria tocar num assunto que não foi levantado aqui, mas acho pertinente. Vou ler, é um tema que diz respeito a Baixada Santista. Ela está em vias de receber uma usina termelétrica movida pelo gás xisto, é um empreendimento de grande magnitude que trará muitos impactos ambientais e sociais para a região, em especial à Estação Ecológica do Parque Estadual da Serra do Mar e Área de Proteção Ambiental Marinha Litoral Centro. Alguns dos impactos desse tipo de empreendimento já foram sentidos na Baixada Santista, e até hoje causam danos que consomem milhares de dólares sem que estejamos sequer perto de solucioná-los. Está em fase de licenciamento na Cetesb, através do processo 15/2016, a construção de uma usina termelétrica, uma linha de transmissão do gasoduto e um porto offshore.

Sr. Secretário, o empreendimento ora licenciado prevê o emprego de 4500 funcionários durante a construção, e apenas 300 durante a operação. É muito fácil prever que a exemplo dos bairros-cota no município de Cubatão, teremos muitas invasões em Peruíbe e cidades vizinhas, colocando em risco diversas unidades de conservação da Mata Atlântica, o que leva a Secretaria do Meio Ambiente a dar andamento nesse tipo de licenciamento. O consumo de água do mar a ser utilizado nas torres de resfriamento será de 3400 toneladas/hora, 81 milhões e 600 litros por dia. Essa água será devolvida ao mar numa temperatura de até nove graus acima da temperatura ambiente, trazendo inegáveis prejuízos ao município, aos pescadores e prejuízos ambientais incalculáveis.

A terceira pergunta, o projeto de construção prevê um porto offshore onde ficará ancorado permanentemente navios e rebocadores, criando, a exemplo do Porto de Sauipe, condições ideias para a concentração de tubarões, com consequentemente aumento de ataques a banhistas. O que leva a secretaria a também dar andamento a esse licenciamento? O zoneamento ecológico econômico não permite a construção de portos na área permitida pelo empreendedor, porque ele não foi comunicado desde suspenso o processo de licenciamento do porto pretendido.

Na verdade, onde está se pretendendo construir essa termelétrica na cidade de Peruíbe, o plano diretor da prefeitura não permite que se construa, na lei de zoneamento. Até onde eu tenho conhecimento só em Santos e Sebastião são permitidos fazer essa termelétrica, fora o que vai causar em pelo menos 50% das áreas ambientais protegidas ali de Peruíbe, e das terras indígenas que têm lá. Queria saber qual é a posição do secretário diante desse quadro da possibilidade da construção de uma termelétrica de gás xisto na cidade.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Deputado Luiz Turco, só para lembrar que foi aprovado por nossa Comissão uma audiência pública com relação a termelétrica. Independente da resposta do secretário, só para que a Comissão tome conhecimento, foi aprovada por nós uma audiência pública pedida pelo Paulo Côrrea, se não me falha a memória, então podemos desenvolver essa audiência o mais rápido possível. Você concluiu?

O SR. LUIZ TURCO - PT - Na verdade, são cinco audiências que foram sugeridas, não é isso? Cubatão, Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu não me recordo, nós aprovamos uma audiência pública na região e depende do Paulo Côrrea fazer o tratamento da área.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Entendido.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Só estou lembrando, independentemente da sua pergunta e da resposta do secretário. Deputado Ed Thomas, algum questionamento? Com a palavra.

O SR. ED THOMAS - PSD - Obrigado, presidente. É apenas uma colocação quanto a educação ambiental, é algo que desde o primeiro mandato fizemos projetos para que isso realmente acontecesse. Essa iniciativa é muito importante, secretário. Uma notícia nacional de hoje mostra que num estado do Nordeste - estou tentando buscar na memória qual é - que já está sendo feito, e os alunos saem da sala e vão para as

florestas, produzir alimentos e aprender. Ali ficam praticamente uma semana, são experiências realmente grandiosas. Acho que é um avanço muito grande.

Outra notícia nacional de hoje também vem da Baixada Santista, citada até pelo deputado Capez, o Projeto Reciclou Levou, me parece que do Guarujá, nascido em Umuarama. Aquilo que é bonito precisa realmente ser copiado. As pessoas reciclam, levam a reciclagem e recebem um alimento. É maravilhoso do ponto de vista social e ambiental. Então são ideias, e gostaria de fazer essa colocação. Estou satisfeito com todas as colocações do secretário, o Município VerdeAzul é um grandioso projeto que reverte máquinas e benefícios. Mas o Município precisa fazer a parte dele, porque o Estado já está fazendo, que é no caso premiá-lo. Ele precisa se adequar. O projeto é grandioso e fico contente que ele tenha ganhado força mais uma vez, porque me parece que num período ele não funcionou como realmente deveria, e agora funciona.

A pergunta é bem rápida, e não sei se para o Dr. Carlos ou para o Dr. Ricardo. O que me preocupa é o fechamento de cemitérios, isso tem sido bastante comum. Sabemos da responsabilidade que isso necessariamente precisa ter, mas acarreta um desespero quando corre a notícia numa cidade. Fechou o cemitério, vai se enterrar onde? Na cidade vizinha, porque ali já não se pode mais.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Mas não vai acabar com o cemitério.

O SR. ED THOMAS - PSD - Não tem nem como, mas com certeza tem como melhorar. É uma responsabilidade. Mas provoca um dessabor, uma situação no próprio jornalismo de uma forma geral. Então ficamos assim, tudo escuro. Minha dúvida é só quanto a isso dos cemitérios, porque recebi em especial do prefeito de Tarabai. Claro que buscamos a solução, mas vira manchete em todos os jornais. Claro que deve ter recebido prazo de adequação, mas o prefeito acabou chegando, como diz o secretário Ricardo Salles. Mas é uma dúvida minha, o que está acontecendo e o que pode ser feito. Há projetos? O que a prefeitura tem que realmente fazer. Seria basicamente isso, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Antes de passar a palavra ao Luiz Turco e nossa querida Ana do Carmo, seria bom incluir para que o secretário falasse também da questão do lixo que forma reciclagem, e a reversa. Pelo menos no município a lei já diz que as empresas que fabricam têm que recolher a embalagem. Já passou o prazo, pelo menos a lei municipal, e a Fiesp até esteve na Câmara Municipal fazendo lobby para ampliar o prazo, mas não foi aprovado e a coisa continua. Só para acrescentar mais um ponto. Deputado Luiz Turco.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Só para esclarecer. Na verdade, existem cinco audiências do Consema.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Então, isso é do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Exatamente, é sobre isso que queria tratar. E tem a que foi aprovada aqui na Comissão dia 30.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - A data ficou de ser combinada com o deputado, porque ele ficou de ver um local e conversar com Câmara Municipal.

O SR. LUIZ TURCO - PT - A informação que eu tenho é que será dia 30 a nossa, pelo menos da informação que tenho. A que vai acontecer por coincidência, na cidade de Peruíbe, pelo Consema, é no dia 17. Se a nossa daqui for depois do Consema, e eles aprovarem, só vamos lá para protestar. Eu achei que devíamos conciliar isso.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Qual é o encaminhamento de Vossa Excelência?

O SR. LUIZ TURCO - PT - Se possível, gostaria de fazer a nossa antes da do Consema, ou eles adiarem.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - E a do Consema é quando? Dia 30 desse mês agora?

O SR. LUIZ TURCO - PT - Consema está marcado para dia 17 de agosto.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Fica difícil marcar uma audiência em 15 dias.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Eu sei, mas é que se você faz a reunião do Consema e eles aprovam, vamos fazer o que lá? Protestar?

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Mas o Consema vai até o local, terá uma audiência lá e devem ter outras, e depois eles vão se reunir aqui em São Paulo para aprovar ou não. Eu acho que a reunião de lá não é para se aprovar. Pelo que entendo, o Conselho Estadual do Meio Ambiente vai reunir sociedade civil e governo; vai até o local e ouve todo mundo. São cinco que o senhor falou, não foi? Então não acredito que será aprovado.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Está entendido, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu sugiro a V. Exa. contato com o Paulo Côrrea, e a data que ele determinar, se tiver um local, com maior prazer vamos discutir uma matéria tão importante como essa.

O SR. LUIZ TURCO - PT - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Passo a palavra à nossa querida Ana do Carmo.

A SRA. ANA DO CARMO - PT - Quero cumprimentar o nobre secretário, dizer da importância de ter sua presença aqui hoje; cumprimentar nosso presidente Tripoli, um grande guerreiro nessa Comissão, e um presidente que procura os deputados membros e conversa, tem um diálogo muito sincero. Quero fazer esse cumprimento, porque isso é muito importante. É isso que nós preservamos nessa Casa, que é política e

de defender as ideias. Quero cumprimentar meu sempre presidente Fernando Capez, que também respeito e tenho muito carinho; meu amigo Turco, companheiro da Comissão; o Ed Thomas, grande guerreiro; meu deputado e guerreiro Marcos Martins; enfim, todos da Casa.

Quero primeiro fazer uma lembrança ao nobre secretário, mas antes disso quero relembrar que entre todos os temas debatidos nessa Comissão e pela Secretaria do Meio Ambiente, pelo que a maioria dos deputados acompanham na periferia e todas as regiões do nosso estado, a coleta seletiva é uma questão muito importante para os municípios. Hoje infelizmente alguns municípios, onde alguns prefeitos implementaram essa coleta, ainda que muito pequena, porque foram feitas em poucos bairros, alguns prefeitos que entraram estão tirando e não mais fazendo a coleta seletiva. Isso é uma judiação, porque ela tem que ampliar e ter em todos os bairros. A população tem que ser incentivada e orientada, conscientizada para fazer a coleta seletiva.

Isso tanto gera empregos para as cooperativas, para organizações que trabalham com essa questão do lixo, e também a preservação ambiental, diminuindo o montante que se vai para aterros e lixões do nosso estado. É uma pena que nossos prefeitos e o Estado não tenham uma política mais forte em defesa da coleta seletiva. Quero deixar isso registrado, porque é um tema que todos nós precisamos nos preocupar muito. Além do que também temos tratado com bastante firmeza, o Marcos na luta contra o amianto, que tem trazido grandes problemas de saúde à nossa população.

E também a questão dos agrotóxicos, que afeta diretamente o meio ambiente e nossas nascentes. Às vezes esquecemos de falar e nos preocupar com isso. É muito grave. Isso é responsabilidade do Estado, fiscalizar esses aviõezinhos que passam pulverizando e jogando remédio para matar os insetos que acham que prejudicam seu plantio, prejudicando todas as cidades e populações. Tudo isso é muito grave e precisamos ter uma atenção especial diante de todos esses fatos.

Quero deixar uma pergunta ao nobre secretário. Em junho de 2017 a Fundação Florestal adquiriu equipamentos para a utilização da Cetesb no valor aproximado de R$ dois milhões. São notórias as dificuldades da Fundação Florestal em exercer adequadamente sua missão de manutenção e fiscalização das unidades de conservação, devido à escassez de recursos. Qual o motivo dessas aquisições terem sido realizadas com dotação da Fundação Florestal, apesar do orçamento da Cetesb ser mais do que o dobro da fundação? Em junho a Fundação Florestal adquiriu. Quero fazer essa pergunta para que o secretário nos esclareça sobre esse acontecimento.

E volto a reafirmar, essa questão dos agrotóxicos e dos orgânicos no estado do São Paulo é muito tímida. Eu gostaria que a Secretaria do Meio Ambiente olhasse com muito carinho a quantidade que está afetando nossas nascentes aqui no estado. Isso é bastante grave mesmo e precisamos olhar com muito carinho. E essa questão da coleta seletiva, que tenho entendimento de que o governo do Estado e a Secretaria do Meio Ambiente podem sim ter um empenho ainda maior junto as prefeituras, para que a coleta seletiva aconteça em todos os bairros em todos os municípios. Sabemos que isso é possível com tranquilidade, não tem um custo grande para as prefeituras e muito menos para um Estado com o porte de São Paulo diante da importância da coleta seletiva.

Sabemos que quando tem coleta seletiva de porta em porta, as pessoas têm mais vontade de fazer acontecer. Eu gostaria de deixar aqui que o secretário e toda sua equipe pense com muito carinho nessa questão, de um trabalho em conjunto se possível, da coleta seletiva no estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Antes de passar a palavra queria anunciar a presença do Sr. Barros Munhoz, líder do governo, e o deputado Roberto Massafera, líder da Social Democracia desta Casa. Sejam bem-vindos. Queria lembrar a deputada Ana do Carmo, que recentemente fez um ótimo trabalho em relação aos agrotóxicos, trazendo técnicos de Brasília, e estive presente acompanhando as reuniões. Essa Comissão podia fazer uma grande audiência pública e discutir muito essa questão do agrotóxico, acho importante.

É uma discussão difícil porque a maioria dos deputados aqui são do interior, e todos com seus interesses ligados ao agronegócio, mas acho que chegou a hora de brecar esse processo. Estão envenenando nossas águas e nossa comida. Hoje todos querem saber da onde vem o orgânico, da onde vem o leite e tudo que se come. Mas é um tema muito importante.

O SR. ED THOMAS - PSD - Pela ordem presidente, só para complementar. Já tivemos e participei, fui relator da CPI da Segurança Alimentar, onde foi tratada toda essa situação.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Nesse mandato?

O SR. ED THOMAS - PSD - Foi em outro mandato, ainda me lembro da participação na presidência dos trabalhos, e também foi secretário do Meio Ambiente o vice-prefeito de São Paulo, Bruno Covas. Participamos numa relatoria da segurança alimentar. É de assustar e a incidência é muito grande, cinco vezes mais. Realmente aumentou o uso desses agrotóxicos, assim como também a extensão agrícola de alimentos orgânicos. Mas é necessário que com sensibilidade possamos acompanhar isso de perto.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Vamos procurar fazer um bom trabalho, junto com a Ana e sua experiência em relação ao tema. Passo a palavra ao deputado Marcos Martins.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - Meu caro secretário, a pergunta que faço é relacionada a produtos perigosos. Sou autor da lei que proíbe o uso do amianto no estado de São Paulo. Depois o outro projeto já virou lei, e entrou em vigor em dezembro do ano passado a logística reversa do amianto, o lixo. Eu queria saber se existe alguma iniciativa para controlar esse lixo produzido pelas empresas depois da lei proibindo o uso do amianto. Continuaram vendendo esse produto cancerígeno proibido no estado de São Paulo, e em 75 países.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Passo a palavra ao secretário para que responda as perguntas, para encerrarmos as reuniões com as propostas que tiveram aqui de audiências públicas e outros temas para discutirmos em momento apropriado. Com a palavra.

O SR. RICARDO SALLES - Sr. Presidente, vou responder pela sequência como foram apresentadas as perguntas, me permitindo iniciar pelo cumprimento ao amigo e deputado Massafera e o Barros Munhoz, que vieram nos prestigiar. A primeira delas é em relação a pergunta do deputado Fernando Capez sobre as PPPs entre Estado e setor privado para viabilizar investimentos que de outra forma, ficariam represados.

Acho que é fundamental, primeiro porque a execução de toda e qualquer atividade que possa ser remunerada, portanto, pode atrair o capital privado é muito mais eficiente e rápida, quer seja pelo regramento aplicável - a Lei de Licitações e todas outras formas de fiscalizações, inerentes e necessárias na área pública, quando administradas e

vislumbradas sob ótica do setor privado, ganham uma agilidade muito grande. Toda e qualquer iniciativa, em especial a mencionada pelo Sr. Deputado Fernando Capez, que é a despoluição ou contenção de esgoto, a parte de lodo e tudo mais são atividades que comportam remuneração do serviço e a destinação com aproveitamento energético. Portanto, comportam algum grau de remuneração a atrair o setor privado.

Qual é a forma mais adequada de fazer? Primeiro um arcabouço regulatório legislativo estável e previsível, de tão sorte que haja segurança jurídica para o investimento de longo prazo - todos esses são investimentos de longo prazo, e segundo uma visão bastante eficiência e pragmática dos órgãos reguladores, em especial de licenciamento ambiental para efetivamente dar celeridade a esses processos. Não é preciso mencionar que existem inúmeras iniciativas de reaproveitamento energético do lixo no estado de São Paulo ou reaproveitamento do lodo recorrente das estações de tratamento de esgoto, ou uma série de outras medidas que já são amplamente discutidas e implementadas mundo a fora, que nós aqui ainda tratamos disso como se fosse uma caixa preta que ninguém entende as consequências.

Isso é praticado em larga medida mundo a fora, com as devidas precauções e cuidados necessários, mas gerando receitas que são absolutamente necessárias para a consecução dessas medidas de sustentabilidade. Portanto, a nossa visão da secretaria sobre a participação do setor privado nessas áreas é de total concordância e incentivo, observadas as garantias e questões sobre a sustentabilidade e boas práticas ambientais.

Vou passar para as perguntas do deputado Luiz Turco, iniciando a respeito dos recursos da prefeitura para a implementação de coletas seletivas, reciclagem e todas essas ideias e medidas que temos exigido, a luz do que prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Primeiro dizer que temos o FECOP, a verba destinada a equipamentos, inclusive esteiras, máquinas de transporte, empilhadeiras que podem ser direcionadas para as prefeituras, e de alguma forma ajudar na estruturação dessas cadeias de coleta seletiva e reciclagem. Para tanto é fundamental, por quanto assim determina o regulamento do Município VerdeAzul 2017 que a prefeitura tenha se inscrito no programa e aderido, e ao menos se certificar de uma das três etapas. De forma contrária ela não faz jus ao recebimento desses equipamentos.

Em paralelo, e sem adentrar nesse mérito do Município VerdeAzul, o que mais temos feito indiscriminadamente a todas as prefeituras que pediram - e não foram poucos os casos, inclusive todos eles já atendidos, são prefeituras que precisam ter uma infraestrutura de barracão e áreas para inserirem suas cooperativas de reciclagem ou

centrais de coleta e triagem. Nós doamos as madeiras e toda a estrutura através do Instituto Florestal. Aquilo que podemos disponibilizar gratuitamente vem sendo disponibilizado. Já fizemos para várias prefeituras. O Instituto Florestal fornece, e só recebemos o descritivo. Toras, madeiramento na direção tal, cortamos, serramos e deixamos prontas, a prefeitura retira e instala com custo zero. Óbvio que os demais itens - telhados e parte elétrica é por conta das prefeituras.

Sobre a APA Várzea do Tietê, aqui um esclarecimento importante. Talvez seja o caso mais emblemático da falta de bom senso e objetividade na consecução e constituição dos planos de manejo que hoje estão sob gestão eficiente e racional do Trani. Contratou-se a FUSP, formada por alguns professores da USP, ao custo de um milhão de reais. Era para fazer o trabalho em nove meses e demorou 32. Concluíram o trabalho em 2014 para 2015, com conclusões e recomendações baseadas em imagens de 2007. Então imaginem, dez anos depois você diz: “aqui é área verde a preservar”, onde já tem prédio de dez andares. Tinha estação de tratamento de esgoto da Sabesp chamada de área de preservação permanente com entorno a ser preservado.

O canal de circunvalação do Rio Tietê que foi escavado nos anos 70, as fotografias que a FUSP não fez verificação de campo, chamavam de várzea original do Rio Tietê, uma vala escavada nos anos 70. Então são erros crassos que só podem decorrer justamente dessa visão de que ao contratar uma consultoria, seja ela qual for, se está fazendo o melhor. Não, se está fazendo o melhor quando se tem uma objetividade e um senso de razoabilidade e comprometimento, inclusive com o desenvolvimento tão necessário ao nosso país e estado, e uma constatação da realidade como ela de fato é, e não como alguns filósofos gostariam que ela fosse.

A consequência concreta dessa falta de bom senso e razoabilidade foi justamente um plano de manejo que chamava uma estação de tratamento de esgoto do Novo Mundo da Sabesp, de lagoa. O que fizemos? Simplesmente chamamos o setor produtivo que foi escanteado por aqueles que até então presidiam os trabalhos que resultaram nessas dissonâncias todas - inclusive a Cetesb, por incrível que pareça, foi absolutamente ignorada ao longo do processo. Como pode se fazer um plano de manejo numa área de atividade tão intensa, com mineração, imobiliária, habitação - coisas inclusive para a população mais carente. Se fez uma análise ambiental em temas, a margem do que pensa a Cetesb. Ouviu-se formalmente e: “ok, você já prestou informação, tchau” e fizeram um plano de manejo que não fica de pé.

O que a secretaria fez, até por dever de ofício do administrador público? Ouviu as partes que tinham contribuições a trazer, analisou todos os elementos que estavam ali constantes, e no corpo técnico da secretaria, de maneira bastante técnica e objetiva, e procedeu à apreciação, como é prerrogativa do presidente do Consema, que é o secretário do Meio Ambiente, para apreciação do Consema, que votou por absoluta maioria de votos - 23 a cinco, favoravelmente a essa forma que deu ensejo à versão final do plano. Portanto, não há irregularidade nenhuma.

O que houve, na verdade, foi um descontentamento daqueles que queriam proibir tudo em qualquer circunstância, e queriam fazer de maneira unilateral, que em algum momento chamamos a razoabilidade de vários setores produtivos. E não é verdade que as medidas encampadas foram pedidas pela Fiesp, e ainda que fosse não teria problema, porque ela tem assento no Consema, portanto, é conselheira do Consema tanto quanto qualquer outra entidade e tem legitimidade para postular toda e qualquer questão, assim como tem as outras entidades que compõe o Consema.

Mas a maioria das medidas que ali estão foram pedidas por prefeituras que estão ao longo do curso da APA Tietê, que inviabilizariam, se prevalecessem essas visões, radicais em seu desenvolvimento, inclusive infraestruturas que já estão prontas e foram ignoradas pelo trabalho elaborado. Foram pedidas pela Secretaria de Recursos Hídricos, em especial em obras de segurança para evitar enchentes na região metropolitana, que ficariam inviabilizadas diante da posição adotada pela FUSP, e pelas secretarias, em especial a de mineração, que teriam todas as atividades que já são realizadas em áreas específicas da APA Várzea do Tietê, congeladas. Atividades essas que às vezes têm 20 anos de atuação.

Quem licencia uma atividade econômica para dizer se ela é degradadora ou não, e quais formas de compensação devem ser adotadas é a Cetesb. Negar à Cetesb a prevalência nesse tema, portanto, o direito de olhar certas atividades e dizer se elas podem ou não, é simplesmente colocar à margem o órgão fiscalizador e prestigiar uma visão radical e dogmática, que não teve sequer capacidade de usar informações e imagens atuais. Fez um relatório de constatações em 2014 com dados de 2007. Só isso já denota a falta de preparo e dedicação para criticar o que foi feito posterior.

Com relação ao tema do Instituto Geológico, é naquele âmbito da reorganização dos institutos que mencionamos. Nós consultamos várias empresas e entidades do setor imobiliário, apenas uma efetivamente se dedicou a fazer uma proposta, que foi rechaçada pela comissão jurídica da nossa pasta, porque envolvia permuta, entendemos

que essa permuta não era viável. A partir desse parecer negativo, essa proposta foi devidamente arquivada e abandonada, e evoluiu-se para a avaliação, como de fato foi feita pela CPOS duas vezes - uma a nosso pedido e a outra pela Comissão de Patrimônio Imobiliário do Estado para verificar qual era o valor do imóvel, quanto se podia arrecadar com sua venda, e quanto haveria de disposição para o investimento no caso de venda.

É importante dizer que essa avaliação e esse processo de venda do Instituto Geológico, que ainda tramita - precisa ser feito o edital e aprovadas as condições de vendas pela Comissão de Patrimônio Imobiliário, que é quem faz a venda - obedece rigorosamente todas as normas, e atende a melhor sinergia na lógica de unificação e melhor aplicação de recursos pela eficiência administrativa, dos três institutos. Portanto, no melhor interesse público e em respeito ao contribuinte e a austeridade administrativa.

Com relação a esse empreendimento na baixada, enquanto falávamos tive que entrar no telefone para pegar as informações e responder. Essa empresa chamada Gás alguma coisa, protocolou na Cetesb agora em 2017 um pedido de licenciamento que ainda está em sua fase embrionária, que dentre outras coisas começa com essa consulta pública à sociedade no local, consulta essa onde se colherão informações e tudo mais. É importante dizer que na parte do continente, se não certidão do uso do solo e licença da prefeitura, não há licenciamento que progrida. É importante dizer isso, porque se fato prevalecer essa informação de que não é possível haver esse licenciamento por parte da prefeitura, de acordo com a Lei de Zoneamento nem adianta evoluir, porque isso é condição sine qua non.

A parte offshore não é licenciada pela Cetesb. Toda essa colocação de offshore, a parte de tubarão e tudo mais quem faz é o IBAMA. Com relação a Cetesb, o que nós podemos responder é que o Consema, como de praxe, ao receber pedidos de licenciamento através da Cetesb inicia as audiências públicas - essas inclusive já marcadas conforme o cronograma de conhecimento. E os estudos de impacto e toda a parte analítica, portanto, não há nenhum juízo de valor da Cetesb até o momento, e ainda quero crer que vai demorar, sobre a viabilidade, conveniência e oportunidade de licenciar um empreendimento dessa natureza. Repito, sequer foi analisado pela diretoria de AI, que tem esse papel na Cetesb.

Portanto, há todo o espaço para se levantar todas as questões de ordem social, técnica, econômica, de meio ambiente em todas as instâncias, sobretudo na Cetesb e no Consema. É importante lembrar que o Consema só voltará depois a apreciar, em sede de

reunião do conselho, quando e se houver um parecer favorável ao estudo de impacto ambiental que terá sido apresentado pelo empreendedor. Coronel Telhada, meus cumprimentos. É importante dizer que isso ainda está muito longe de acontecer.

Deputado Ed Thomas, acho que a questão da educação ambiental como você bem colocou, de fato é muito importante, mas cometa com resultado, mensuração e todas as medidas de tangibilidade, em especial de respeito ao recurso público que nos é confiado pelo contribuinte. Portanto, o que fizemos e agradeço pelo seu apoio, é justamente dar maior efetividade a isso. Entendo que esse Projeto Reciclou Levou é mais uma ideia positiva que concorre com nosso esforço em relação aos resíduos sólidos, em especial o doméstico. Com relação a norma, os cemitérios têm de um lado todo nosso trabalho na secretaria e Cetesb para sempre prevalecer a legalidade e razoabilidade.

Quando há questões de caso a caso para serem observadas, suscitadas pelas prefeituras, são analisadas com toda abertura, bom senso e boa-fé por parte da companhia. Por outro lado, dizer que esse tema, como diversos outros, é regulado pela Cetesb na norma 01040, que trata da abertura, operação e encerramento de cemitérios. Portanto, para além da boa-fé objetiva e da recepção dos temas concretos trazidos pela municipalidade nos diversos casos, isso é balizado por um regramento próprio conforme informação que nós temos aqui.

Com relação a colocação do nosso presidente, a logística reversa é tema de fundamental importância, porque é um dos pilares que diminui o volume de resíduos que poderá eventualmente ir para os aterros ou não, e há de fato, como bem colocou o presidente, uma resistência muito grande do setor industrial em diversas frentes, em firmar compromisso de logística reversa. Mas também há outros que já o fizeram e vem cumprindo. Esse é um tema que de fato precisa ser olhado permanentemente, e entendo que a Comissão pode nos ajudar, como já fez em várias oportunidades, como na análise do tema de serrado, quando o deputado Massafera já nos ajudou, mineração, o deputado Sebastião Santos participou junto do Itamar Borges na aquicultura.

Acho que esse tema da logística reversa é tema candidato a primeiro para uma boa e fundamental parceria entre o Legislativo e o Executivo, especialmente a secretaria, porque de fato sua complexidade e a diversidade dos assuntos sobre a rubrica da logística reversa impõe um conhecimento segmentado de cada uma das cadeias produtivas. Tenho certeza que esse conhecimento está totalmente abarcado pelos nossos deputados estaduais que compõem a Assembleia Legislativa, em especial essa Comissão.

Com relação as ponderações e perguntas da deputada Ana do Carmo, de fato esse tema da coleta seletiva e ampliação dela é muito importante. É lamentável que prefeituras, sejam elas dos partidos que forem, não façam, ou pior do que isso, desestimulem algo que já vinha começando. Esse tema está ligado a um binômio, por um lado educação ambiental - a sociedade ainda não está treinada e educada para lidar com esse tema. Nós da secretaria infelizmente temos convivido com esses aterros e lixões, e quando volto para casa só de ver colocar coisa orgânica no inorgânico já me causa espanto. Mas a grande verdade é que se a prefeitura não faz a coleta segmentada, é inócuo você separar porque depois junta tudo.

Então de fato é uma situação de fiscalização do órgão da Cetesb sobre as prefeituras, e essa fiscalização se dá, entre outras formas, no licenciamento ou negativa de licenciamento de determinadas atividades sob o argumento de que não tendo feito a coleta seletiva, esse licenciamento se torna inviável, aliada a uma educação ambiental eficiente e disseminada. A forma mais adequada de se fazer, em nossa opinião, é através da rede profissional e estruturada para isso, que é a de ensino - tanto municipais, quanto estaduais. É importante inserir com o conhecimento da CPLA, o Trani, nessa pauta de educação das secretarias municipais e a estadual, o tema de educação ambiental, hipótese essa que já foi sinalizada positivamente com bastante entusiasmo pelo Nalini, secretário de educação.

Com relação a aquisição de equipamento pela Fundação Florestal para a Cetesb, há um equívoco que foi disseminado a época na imprensa, e não foi devidamente esclarecido pelos próprios canais que disseminaram. O que se comprou foram duas viaturas de emergência química. Nós tivemos aquele acidente da Vale do Rio Doce, outro vazamento recentemente em Paulínia, regiões que estão envoltas por uma unidade de conservação. O principal atingido por um vazamento químico, no caso de Cubatão, é justamente a unidade de conservação da Fundação Florestal.

O que se fez foi que para se preservar áreas de unidades de conservação, e claro que o entorno também, permitiu-se a aquisição de duas viaturas de emergência química, uma vez que a única existente da Cetesb tem mais de dez anos de uso e está bastante gasta, e fica em São Paulo. Numa emergência no litoral tem que descer para lá. Uma emergência em Paulínia, no polo petroquímico, tem que ir para lá. Então mantivemos com todo cuidado e manutenção a mais antiguinha aqui, porque não tem unidade de conservação, e onde tínhamos unidades com interesse precípuo, justamente na contenção dessas eventuais emergências químicas que aconteceram recentemente,

autorizamos que a câmara de compensação ambiental, e não a dotação da fundação - outro equívoco da matéria difundida.

Não foram recursos do orçamento da Fundação Florestal, mas da câmara de compensação, que reconhecida a importância e necessidade de ter uma medida de ação de contenção de emergências químicas junto às unidades de conservação, autorizou a aquisição de viaturas novas, que tem total interesse público para as unidades de conservação.

Por fim, as colocações do nosso deputado Marcos Martins. Acho que a do amianto é de fato muito importante, esse tema dos produtos perigosos é superimportante. Há um regramento próprio que determina que o material seja destinado aos aterros controlados, de materiais e resíduos perigosos. A Cetesb faz essa fiscalização. É importante que lembrar, a exemplo da pergunta do nosso deputado Fernando Capez, toda e qualquer atividade desempenhada pelo privado tem uma lógica de existência econômico-financeira. Para que haja maior disseminação desses aterros controlados, que contemplem, dentre outros resíduos, o amianto, é preciso que haja efetivamente a remuneração, na lógica da logística reversa inclusive, pelo serviço prestado.

Salvo melhor juízo, entendo que todas as questões suscitadas...

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Coronel Telhada, muito bem-vindo, prazer em vê-lo pessoalmente. Pois não, deputado?

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Muito obrigado. Sr. Presidente, em primeiro lugar queria saudá-lo, e em nome do senhor saudar os demais deputados aqui presentes, e parabeniza-lo pela condução dos trabalhos. Eu não estive aqui antes porque estava presidindo a sessão plenária, mas tão logo soube dessa reunião, fiz questão de passar aqui para cumprimentar V. Exa. e os demais deputados, em especial nosso deputado... secretário Ricardo Salles, amigo de muitos anos que tem feito um trabalho muito bom frente à secretaria sendo criticado, o que é normal, porque gente que trabalha recebe críticas. Mas quero concita-lo a continuar nessa missão forte batalhando, e contando com nosso apoio.

Saudar também nosso querido amigo Carlos Roberto dos Santos, presidente da Cetesb, prazer em vê-lo novamente aqui, e nosso amigo coronel Sardilli, comandante da Polícia Ambiental, assim como fui comandante da ROTA, nosso amigo particular. Dizer a todos que contém com nosso apoio, porque sabemos que eles têm trabalhado forte. Vamos cobrar mais trabalho e batalhar juntos porque São Paulo precisa de uma sacudida, principalmente na parte ambiental. Que toda a população acorde. Temos aqui um batalhador, o deputado Marcos, que diariamente batalha pelo amianto, e tem nosso apoio. A área ambiental é de interesse de todos nós, porque fala em vida, futuro e sobrevivência.

Os senhores têm feito um trabalho muito bom, e não poderia deixar de comparecer nesse momento, me colocando à disposição. Saudar e parabenizar a todos pelas missões que têm desempenhado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Que prestígio ter a presença do nosso querido comandante Telhada. Pois não, presidente Capez.

O SR. FERNANDO CAPEZ - PSDB - Me lembrei agora que o deputado Telhada cometeu um ato falho. Fui cumprimenta-lo certa vez, ele que realizou um trabalho maravilhoso na ROTA, admirado por todos. Me lembro até que ele fez os soldados ficarem na chuva perfilando, lembra disso? Fui dar um abraço nele e fiquei nervoso na hora, falei: “deputado Telhada”, e ele falou: “coronel Telhada”, e acabou se elegendo com 250 mil votos. Foi um ato falho, e também cometi esse mesmo ato.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Então vamos começar a chama-lo de senador. Quero registrar a presença do deputado Milton Leite, que faz parte da Comissão. Pois não, deputado Ed? Estamos encerrando os trabalhos.

O SR. ED THOMAS - PSD - Buscando o final, só quero agradecer ao secretário Ricardo Salles pelas respostas. Já confirmei e são seis prefeitos do consórcio, viu secretário? Será fácil, tenho certeza. O senhor está lá e vamos resolver com facilidade. Agradecer as respostas e ao coronel, porque enquanto estávamos aqui com o secretário me respondendo...

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Eu vi que você já passou uns currículos ali.

O SR. ED THOMAS - PSD - Depois, não agora, é coisa particular de mandato. O coronel nos transmitiu informações sobre anilhas, criadores de aves, com leis para serem alteradas para se avançar. O coronel por providência já disse que houve uma reunião e avançamos. Vou levar essas informações. Que o senhor cuidasse com bastante sensibilidade, porque com certeza vai resolver muitas situações em defesa da natureza. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ROBERTO TRIPOLI - PV - Nós que agradecemos a Vossa Excelência. Queria só informar aos senhores que a 13ª reunião sobre a APA Marinha Litoral Centro será no dia 2 de agosto, amanhã, às nove horas. A pauta é o porto offshore. Os interessados que quiserem comparecer, enfim. Nesse momento quero agradecer mais uma vez ao secretário Ricardo Salles pela gentileza de estar aqui por mais de duas horas, comunicando aos deputados da Assembleia sobre questões ambientais, ao nosso coronel Alberto Sardilli.

Ao presidente da Cetesb Carlos Roberto dos Santos, prazer em conhece-lo. Peço desculpas por não chamar à mesa porque não conhecia, e depois o secretário anunciou sua presença. À toda assessoria do secretário que temos aqui, e aos deputados e deputadas. Eu encerro os trabalhos, antes, porém, convocando os senhores para a próxima reunião terça-feira, no mesmo horário e local. Muito obrigado a todos, e tenham uma boa tarde.